

Design, cidade e a leitura do sensível: premissas epistemológicas para práticas do design em ambiências urbanas

Isabella Pontello Bahia (UFMG, Brasil)
isabellapont.bahia@gmail.com

Edson Carpintero Rezende (UFMG, Brasil)
edson.carpintero@gmail.com

Design, cidade e a leitura do sensível: premissas epistemológicas para práticas do design em ambiências urbanas

Resumo: O presente artigo almeja apresentar os fundamentos do design que orientam as práticas de projeto enquanto imersas nas ambiências urbanas. Para tal, perpassa por reflexões no que tange a interface design e cidade de modo a elucidar o conceito de ambiências urbanas e, assim, evidenciar as bases epistemológicas desse design para ambiências. A pesquisa empreende uma investigação qualitativa, na qual a metodologia adotada foi a revisão de literatura. Espera-se construir um diálogo no qual tendo o designer como interlocutor seja possível se pensar e projetar na cidade a partir de uma leitura sensível das ambiências urbanas. Vislumbra, portanto, um espaço para o designer ao se (re)pensar as cidades.

Palavras-chave: Design, Cidade, Ambiências Urbanas, Episteme.

Design, city and the reading of the sensitive: epistemological premises for design practices in urban atmospheres

Abstract: *This article aims to present the fundamentals of design that guide design practices while immersed in urban atmospheres. To this, it goes through reflections regarding the design and city interface in order to elucidate the concept of urban atmospheres and, thus, highlight the epistemological bases of this design for ambiences. The research undertakes a qualitative investigation, in which the methodology adopted was the literature review. It is expected to build a dialogue in which, having the designer as an interlocutor, it is possible to think and design in the city from a sensitive reading of urban atmospheres. It envisions, therefore, a space for the designer when (re)thinking cities.*

Keywords: *Design, City, Urban Atmosphere, Episteme.*

1. Introdução

O design tem uma estreita ligação com a vida humana. Apesar de orientado à produção industrial outrora, hoje é possível compreender que suas oportunidades e espaços de ação estão relacionados majoritariamente às demandas do ser humano. Para tal, o escopo de sua atividade sofreu, e sofre, alterações, o que além de possibilitar mais visibilidade e permeabilidade perante os movimentos da cultura, responde também a um maior impacto social do design (BECCARI, 2017; FLUSSER, 2013; ROSSI; MOON, 2021). Nota-se que essa prática está presente nos diversos objetos, utensílios, ambientes e vestimentas, mas também, na criação de linguagens, no desenvolvimento e orientação de serviços em diálogo com as mais diversas áreas (BEZERRA, 2011; CARDOSO, 2012). Dessa forma, se faz cada vez mais necessário o estabelecimento de um design consciente que apresente projetos concretos que contribuam para a solução de problemas sociais e ambientais e que se pautem em leituras sensíveis das subjetividades da realidade humana.

Esse pensamento do design para a sociedade nos permite o exercício do olhar para as realidades sociais e as teias de sociabilidade que existem e/ou deixam de existir de modo a investigar e problematizar as suas motivações. Nesse sentido, evidenciam-se os espaços urbanos como recortes potentes que abrigam e concomitantemente são cenários de diversas vidas humanas. À vista disso, quando se pensa no design para ambientes, vislumbram-se oportunidades de enriquecimento teórico e ampliação do escopo da atuação a partir da partilha do sensível para as ambiências urbanas (RANCIÈRE, 2009; THIBAUD, 2010), visto que ainda há na atualidade um modelo excludente de pesquisa e produção desses espaços, pautado pela negligência com a população mais pobre e com os limites da natureza, pois, parafraseando Sérgio Buarque de Holanda (1975), o espaço público no Brasil sempre foi um lamentável mal entendido.

Seja um reflexo da modernidade líquida apontada por Bauman (2001), ou os próprios desafios e estranhamentos com os quais nos deparamos na atualidade a partir de uma situação de retomada de uso dos ambientes coletivos e, principalmente públicos, pós pandemia e distanciamento social, nossa relação com os espaços mudou e tende a mudar (ANDRÉS, 2020). Assim, é necessário que se pense em novas abordagens e que se aproxime novos campos do conhecimento sensíveis e incluídos ao design de ambientes (BARBOSA, 2020). Tem-se, portanto, a possibilidade de imersão no estudo das ambiências e, o desenho de diálogos enriquecedores para as investigações que tem o ambiente como meio e fim.

À vista disso, o artigo em questão parte da necessidade de aproximar os conceitos de ambiências urbanas à partilha do sensível por meio do

entendimento de bases constitutivas desse design que é, em sua essência, destinado às pessoas e suas particularidades. Objetiva, portanto, apresentar os fundamentos do design que orientam as práticas nas ambiências urbanas. De modo específico irá apresentar reflexões acerca da interface design e cidade, o conceito de ambiências, bem como, evidenciar os princípios epistemológicos do design que permitem uma prática sensível nos espaços urbanos.

Dessa forma, a estrutura metodológica proposta define-se como qualitativa e de natureza teórica (STAKE, 2011; VAN DER LINDEN, 2010). No que tange os métodos de abordagem, que proporcionam as bases lógicas da investigação, a proposta enquadra-se no método dialético, de forma a permitir a inserção no contexto pesquisado e a construção de diálogos no tocante à sociedade (GIL, 2019; LAKATOS; MARCONI, 2017). Sobre as técnicas de pesquisa a serem aplicadas, pauta-se na revisão de literatura.

2. Reflexões sobre design e cidade

A conexão do design com o ambiente urbano mostra-se de maneira direta e projetual a partir do momento em que se iniciam reflexões acerca da necessidade de se projetar cidades para as pessoas (LYNCH, 2011). De acordo com Gehl (2015) trata-se de uma realidade pós modernista pois, tal estilo prezava pelo distanciamento das habitações dos centros urbanos o que resultou em situações nas quais há pouca conexão entre a forma física da cidade e o comportamento humano. Para Santos (2014), a desumanização das cidades é ainda mais problemática a partir da inserção de outras variáveis que se relativizaram na modernidade tais como o tempo e a cidadania, o que faz necessário visualizar o espaço a partir das atividades humanas, pois, sempre que a sociedade sofre uma mudança, as formas assumem novas funções (SANTOS, 2012; SUDJIC, 2019).

Apesar das cidades não serem o campo privilegiado de atuação dos designers (SZANIECKI; COSTARD, 2019) e os papéis da criação estarem parcialmente (e legalmente) definidos, a interpretação e a confecção de diálogos posteriores à produção do espaço, que analisam os impactos e novas proposições, costumam ocorrer de maneira oblíqua (LEFEBVRE, 2001; LYNCH, 2011; SOUZA, 2016). Em vista disso, a produção do espaço não deve ser analisada a partir de apenas um campo do conhecimento estanque. E, é neste interlúdio que se têm colaborações das mais diversas áreas que permitem melhor compreender o ser humano e, no caso do design, as interfaces entre pessoas e o espaço.

Para Vassão (2016), ainda que o design se relacione com os produtos e com a forma visual das cidades, é possível realizar um olhar ampliado sobre este campo que para ele, denomina-se nova urbanidade. Em outras

palavras, a conexão do design com o ambiente urbano na atualidade deve ser direcionada também aos serviços e às relações humanas que nele se dão. Nesse sentido, de acordo com Gehl (2015), as cidades são como livros, que podem ser lidos, em uma análise pós construção. Nesta mesma perspectiva, e com a inserção do design, é possível destinar além do leitor, um coautor para essa obra que, pelo princípio de ser para muitas pessoas, deve ser escrita por várias mãos. Corroborando com este pensamento, Montaner e Muxí (2014) apresentam novas epistemologias para o urbanismo contemporâneo que partem dos seguintes preceitos: a igualdade; a igualdade de gêneros; a diversidade; a participação e a sustentabilidade. Na proposta de “ensaios para mundos alternativos” observa-se, portanto, como o diálogo com o design se faz necessário.

Para Lynch (2011, p.17) é possível se pensar em princípios básicos de design urbano e, este design seria responsável por dar forma visual às cidades; “a análise da forma existente e de seus efeitos sobre o cidadão é uma das pedras angulares do design das cidades”. O autor reforça a importância da criação ou mesmo da identificação de uma imaginabilidade da cidade. Para Lynch (2011) este elemento garante a transformação do tecido urbano em lugares. Nesse sentido, Szaniecki e Costard (2019) vislumbram o design como uma alternativa para a crise de um projeto de cidade, principalmente por crerem que a abordagem processual em design permite práticas colaborativas, bem como, promotoras do dissenso, portanto, mais pluriversais.

Este emaranhado produtivo, político e afetivo cotidiano requer um olhar mais atento aos detalhes e uma atitude cautelosa com os processos. É com essa postura que o design pode atuar e assim contribuir para a construção coletiva de um espaço urbano mais democrático (SZANIECKI; COSTARD, 2019, p.2).

Em vista disso é importante elucidar a reflexão de Bezerra (2011) sobre a responsabilidade dos designers sobre suas criações. A ética da atividade profissional precisa repercutir nas ações sociais de modo que já é sabido do impacto dos produtos do design na vida humana, portanto, precisam ser desenvolvidos para este mundo real, e não mais, apenas para “o mundo artificial ao nosso redor” (BEZERRA, 2011, p. 12). Soma-se ao bônus da criatividade e da cocriação o ônus da exequibilidade que garanta bem-estar social. Flusser (2013) evidencia que a dicotomia da responsabilidade *versus* criatividade no processo de criação dos designers tem como crivo a leitura da sociedade. Neste sentido, uma proposição de design para muitas pessoas compreende uma solução responsável, na qual, muitas vezes a liberdade

individual do designer precisa ser tolhida em função das necessidades coletivas da cidadania (BEZERRA, 2011; FLUSSER, 2013).

Esta reflexão se faz pertinente pois os princípios do processo de criação em design vão, em sua maioria, orientar a criatividade e o crivo da tomada de decisão ao projetista. Entretanto, a realidade para a qual se debruça, demanda sensibilidade de modo a proporcionar a inclusão e a democracia de uso, afinal “não podemos fazer nada quanto ao passado, mas certamente podemos planejar melhor o futuro. E aqui é onde a ética de nossos processos de criação entra em questão” (BEZERRA, 2011, p.62). Faz-se, portanto, necessário compreender o processo criativo em design e seus pontos de contato com as pessoas.

Um projeto de design compreende propor a alteração de uma situação indesejada para a situação mais desejada possível (SIMON, 1970). Portanto, parte de uma investigação que objetiva identificar o problema a ser sanado. As soluções de design além de serem de naturezas diversas (produto, serviço, identidade, organizações) podem se inserir nas mais dessemelhantes realidades em que se observa a vida humana. Assim sendo, a investigação que precede a ação de design se insere de maneira transversal nos campos do conhecimento (CARDOSO, 2012; MANZINI, 2017; MARGOLIN, 2014). Uma questão, entretanto, se faz presente em todas as proposições de design: a relação com as pessoas. Pode-se dizer que o designer é alguém que questiona as interfaces que permeiam a vida humana e, à vista disso, tem o seu projetar centrado no usuário. Assim, para Manzini (2017, p.68) “na transição para uma sociedade em rede e sustentável, todo design é uma atividade de pesquisa em design e deveria promover experimentos sociotécnicos”.

Entendidas as realidades em que se assimilam as investigações em design entram em cena as premissas e requisitos de projeto em soma à processos criativos. Nesta etapa é presente a dualidade da técnica com a abstração, e é a leveza em transitar nestes opostos que permite a inovação. Durante o processo criativo em design são frequentes metodologias coletivas, participação popular além do uso de recursos para a experimentação das propostas a partir de modelagens das mais diversas naturezas. Essa experimentação permite uma validação antes do desenho final, bem como, colhe percepções enquanto o projeto ainda se encontra no plano das ideias. A melhor proposição toma forma e só então é implementada, momento no qual a análise dos resultados se faz essencial em virtude das complexidades oriundas do problema de design (BOMFIM, 1999; CARDOSO, 2012; MARGOLIN, 2014).

Desde o início das teorizações acerca da crise da cidade, que ocorreram em meados de 1960, vem surgindo propostas urbanistas com o intuito de repensar o planejamento urbano e reverter os não-lugares das cidades do

mundo. Aqui destacam-se as propostas de Gehl (2015), Lynch (2011), e Szaniecki e Costard (2019) nas quais emerge a figura do designer como um dos atores desta mudança tal qual é evidenciada a participação popular, a necessidade de criação de uma linguagem e imagem da cidade e o projeto de cidade ao nível dos olhos, elementos muito específicos do processo criativo de soluções em design. À vista disso, para Gehl e Svarre (2018, p. 3) tem-se que “a grande questão é fazer com que um grande volume de vida afetiva funcione nos espaços públicos, de forma a permitir que a vida diária ocorra em condições decentes e seja parceira de uma estrutura física e não sua adversária”. Apesar de evidentes os diálogos (e espaços de ação) do design nas cidades, propõe-se aqui um entendimento mais adequado para a leitura dessa urbanidade sensível: as ambiências urbanas compartilhadas.

3. Um olhar para ambiências urbanas compartilhadas

A partir do entendimento da cidade como um campo de investigação que permite a figura do designer como agente e interlocutor, entende-se que além da compreensão dos elementos que compõem este espaço social deve-se ilustrar procedimentos que podem orientar essa investigação. Nesse sentido, emerge o conceito de ambiência, o qual não se resume na tangibilidade apesar de descrevê-la, pois também caracteriza as relações, de modo que possibilita equações nas quais há em projeção a pessoa, a percepção e o ambiente (DUARTE, 2013; SILVA; DUARTE, 2020; THIBAUD, 2000).

Ambiência é um termo que aborda o ambiente, mas, não se limita a ele. Assim como a ambiência diz da qualidade do que é ambiente, do meio físico e material, mas não se resume a eles em sua materialidade. Thibaud (2020) esclarece a questão das ambiências como uma abordagem sócio estética que se apoia no estudo da experiência no ambiente urbano. O que se conecta com a leitura de Duarte (2013, p.1) de que “ambiência é um conceito fácil de sentir e difícil de explicar”.

Isso ocorre visto ao fato de que “as pessoas não reagem passivamente ao ambiente. Atuam sobre ele, configuram-no e dão significado a ele” (THIBAUD, 2005, p.209). Dessa maneira, para Thibaud (2005) as investigações acerca dos ambientes devem partir de estímulos, ou seja, acredita-se que os estudos nos espaços possibilitem não somente uma leitura da natureza física daquela realidade, mas também, a identificação de novas possibilidades de uso humano, além de empreender facilidades para suprir as necessidades básicas da vida em sociedade. Assim, investigações efetivas no ambiente só existirão quando, de fato, a inteligibilidade deste for tratada em comunhão com as subjetividades das pessoas (DUARTE, 2013; RODRIGUEZ-ALCALÁ, 2020).

À vista disso, a dimensão física do ambiente deixa de ser superestimada e passa-se a levantar, na mesma proporção, o ambiente baseado nas experiências que com ele e nele se tem. E é a partir desta reflexão que se menciona o termo *ambiance urbaine en partage*, traduzido como ambiência urbana, ou ambiência urbana compartilhada, esquematizado na Figura 1, cunhado por Jean-Paul Thibaud (2000), sociólogo, pesquisador que analisa o ambiente urbano.



FIGURA 1. Caracterização das ambiências urbanas. Fonte: Thibaud (2000, p.105) tradução da autora.

Duarte (2013), no prefácio da obra “*Ambiances urbaines en partage: pour une écologie sociale de la ville sensible*” de Thibaud (2013), define ambiências como a ciência do olhar sensível no espaço, bem como, evidencia que o termo emerge a partir das limitações existentes na pesquisa em arquitetura e urbanismo, pois, “não eram mais capazes de dar conta de uma visão mais ampla do ambiente das cidades” (DUARTE, 2013, p.1). As *ambiances en partage* são, portanto, ambiências compartilhadas e seu campo de estudo apresenta-se como as experiências sensíveis das cidades. Ou, como anunciado por Thibaud (2010, p.9): “em suma, ambiência é definida como o espaço-tempo experimentado pelos sentidos”.

O entendimento sobre as experiências sensíveis da cidade apresentado por Thibaud (2010) parte dos escritos de Rancière (2009), que elucida a partilha do sensível como uma ação necessária na contemporaneidade. Para o autor a modernização e a globalização têm contribuído para uma ampla crise estética. Crise esta, que se molda em função de uma padronização, da utilização de denominadores comuns para discursos díspares que formatam uma leitura equivocada, mesclada e de reprodução para as artes do cotidiano, tal como apresentadas por Certeau (2008). Dessa forma, Thibaud (2010) vê a leitura do sensível de Rancière (2009) como uma alternativa para a crise estética e crise das cidades, que permitirá, então, a construção de cidades sensíveis. Lugares nos quais haverá espaço e visibilidade para as formas de lazer,

para a vida e experiência, proporcionando a “efetividade do pensamento”, ou como apresentado por Rancière (2009, p. 15) “uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas”.

Em complemento a isto, a tradução do conceito *ambience en partage* para a língua inglesa é *atmosphere* e é evidenciada por Thibaud (2010, p.9) como “a atmosfera moral e material que circunda um lugar ou uma pessoa”. À vista disso, Duarte (2013) caracteriza a intangibilidade do termo, bem como, a sua fácil percepção pelas pessoas, que muitas vezes a abordam como o “clima indescritível” de determinado lugar. Ainda de acordo com a autora:

Já que uma ambiência nos leva a refletir sobre tipos de experiência, percepção e ação em determinados e específicos contextos, podemos dizer que sua definição está muito mais próxima do campo empírico do que teórico. Por isso, ultrapassar as amarras que tornam as ambiências objetos explicitados simplesmente pela junção de descobertas e conceitos definidores tem sido, há algumas décadas, um mote (DUARTE, 2013, p.1)

Em trabalho realizado pelo laboratório de pesquisa Arquitetura, Subjetividade e Cultura (LASC) da UFRJ, Duarte (2013) investigou como as pessoas compreendiam o conceito de ambiência aplicada a uma cidade brasileira. A autora constatou que, as pessoas ao serem questionadas, relacionavam a ambiência ao somatório das sensações com os atributos físicos do lugar, de modo inseparável. Também foi observado que ao sugerir aos entrevistados que relatassem sobre ambiências em locais aleatórios da cidade, a identificação destes se pautava na “capacidade desses locais de permitirem o encontro, o evento, o compartilhamento, a fricção, a presença conjunta em torno de experiências sensíveis diferenciadas” (DUARTE, 2013, p.3). À vista disso, percebe-se a relevância da alteridade no estudo das ambiências, bem como, a presença do corpo de um eu e de outros corpos que sentem, percebem, se movimentam e interagem (DUARTE, 2013; RODRIGUEZ-ALCALÁ, 2020; THIBAUD, 2010).

Podemos dizer, então, que a Ambiência evoca nossa interpretação subjetiva da experiência coletiva, da consciência de fazer parte de um lugar urbano cujas sensações possuem significados compartilhados pelos seus usuários. Evidencia-se, assim, uma clara “encarnação” da subjetividade, o que faz emergir a ideia de que uma ambiência se faz reconhecer na coletividade, apesar de se representar na individualidade (DUARTE, 2013, p.3).

É importante destacar que, as ambiências não são projetadas, assim como também não são percebidas. A ambiência não pode ser descrita a não ser por meio da experiência. Nesse sentido, não se percebe a ambiência, mas,

se percebe de acordo com a ambiência. Não se cria a ambiência, mas cria-se e descrevem-se realidades na ambiência, que também passa a (re)existir e pode ser reformulada a partir destas modificações. Trata-se de um conceito que parte de uma dimensão sensível, de constituição (e/ou reconhecimento) de identidades de modo a permitir a apropriação por meio de experiências espaciais (DUARTE, 2013; RODRIGUEZ-ALCALÁ, 2020; THIBAUD, 2010).

A estética da ambiência é, portanto, importante no auxílio à criação de espaços urbanos pois evidencia as maneiras de habitar e criar em coletividade na atualidade. Para Thibaud (2010, p.10) “a ambiência convoca, ao mesmo tempo, uma *poiesis* e uma estética dos ambientes construídos. O desafio é ajustar essas duas dimensões e relacioná-las às atuais mutações da urbe”. À vista disso, tem-se que:

as primeiras três pistas que tentam esclarecer a ambiência (quais são seus usos?), avaliar as consequências práticas desse conceito (quais são seus efeitos?) e revisar os contextos de pensamento nos quais ela está baseada (quais são os desdobramentos?), abrem caminho para uma ecologia pragmática da cidade sensível. Assim, a questão não é tanto perguntar, de uma vez por todas, o que é uma ambiência, mas sim refletir sobre o que ela faz e em que ela se torna, e o que ela provavelmente afetará e transformará quando for experimentada e testada concretamente em situações atuais (THIBAUD, 2010, p.14).

Dessa maneira, o conceito de ambiência nos permite compreender que os problemas nas interfaces com os ambientes não podem ser resolvidos apenas a partir da regulação dos *inputs* (da inserção de elementos físicos e simbólicos) no ambiente. Ao compreender uma ambiência são descortinados inúmeros fatores os quais devem ser matéria prima para a proposição de abordagens mais sensíveis, ou abordagens que evidenciam os movimentos do cotidiano. Há, portanto, a necessidade de se pensar em políticas ambientais a partir das ambiências (THIBAUD, 2005). Estas políticas podem apresentar várias escalas de aplicação (internacionais, nacionais, regionais e locais) imbuídas em abordagens perceptíveis e sensíveis. E é por esse motivo que se pretende compreender como o design interage nesse contexto e suas bases que permitam uma prática para os sentidos.

4. Design para os sentidos: acerca das bases sensíveis do design para ambiências

Pensar em design para ambiências urbanas nos aproxima de um entendimento acerca do ambiente subjetivo dos espaços habitados. Questão que para Thibaud (2010, p. 4) “nos parece evidente que a percepção sensível seja

o caminho não só possível, mas, de fato, inevitável para os pesquisadores que buscam captar e restituir a concretude da experiência urbana”. Dessa forma, o que se pretende responder é, como o design pode interagir com essa realidade? Quais são as bases que orientam essa coleta sensível, capaz de conduzir uma leitura e proposição de atmosferas condizentes com as necessidades humanas?

Faz-se necessário, portanto, compreender os preceitos considerados nessa gênese do design e como estes já ultrapassavam os anseios materiais do desenho industrial. A partir de Bomfim (2014) tem-se que apesar de o design estar ligado a um ideal moderno de materialidade, não é possível a criação de qualquer objeto sem sujeito, pois “as características de um objeto são, na verdade, as interpretações subjetivas que dele fazemos” (BOMFIM, 2014, p.44). E, por isto “as práticas de design passam pela encarnação de um material simbólico que se encontra suspenso na ordem social” (NOGUEIRA, 2018, p.12). A prática do design diz de uma habilidade de leitura e proposição de símbolos capazes de imprimir sentido para os sujeitos, ou seja, de enternecer suas sensibilidades. E talvez, esta produção de sentido ultrapasse em relevância a materialização de produtos. Por isso, tem-se que foi “no âmbito da crescente importância da estética, isto é, da dimensão sensível, que o design surge como disciplina” (NOGUEIRA; PORTINARI, 2019, p.166).

Assim, a ação do designer vem numa ação de mediação, de diplomacia, não apenas como ato de projetar, mas também de projetar-se, de lançar uma autorreflexão à frente para antecipar condutas. O objeto é o entendimento de si para com outrem – lançar uma autorreferenciação à frente e para fora do si mesmo. É nessa condição de interdependência entre o si e o outrem, que se instaura a empatia – o ato de se projetar no outro (SILVA E STREH, 2019, p. 12).

Para compreender como isto é feito, principalmente no que tange as ferramentas que esse design possui para interpretar e lidar com a subjetividade, Szaniecki e Costard (2019) evidenciam uma certa postura antropológica e relacional, que se abre para os mais diversos modos de vida. Tem-se a orientação para uma prática em design na qual são frequentemente propostos

experimentos que questionem as próprias perguntas e possibilitem a criação de novas perguntas, colocando em risco seu modo hegemônico de pensamento; propõe uma prática situada que convide à participação, buscando criar pontes e tecer relações entre diferentes modos heterogêneos de vida, sem privilégios e passíveis de outras conexões (SZANIECKI; COSTARD; 2019, p.6).

Isso posto, a atividade projetiva que responde anseios do ser humano parte do entendimento de suas necessidades imbrincadas em contextos sociais. O fazer do design se pauta em uma experiência de compreensão do outro e tem-se nessa superfície do design, tal como proposto por Rancière (2012), um desdobramento formal aplicado à disciplina projetual que se consolida como ação a partir da partilha do sensível (RANCIÈRE, 2009). Em outros termos, essa superfície do design diz da utilização de recursos nos quais empreende-se a capacidade de experimentar a vivência do outro em suas situações familiares e assim, projetar algo que seja também familiar ao sujeito em questão.

Para o filósofo francês, a existência humana intrinsecamente empreende a imersão em uma experiência sensível (RANCIÈRE, 2009; 2012). Esta ação, entretanto, não é perene e não pode ser lida como um dado formal e estático, mas, como o resultado de uma soma de processos, de conflitos que se constituem das realidades sócio-históricas testemunhadas a partir da escuta, das sensações percebidas e do pensamento analítico. Nogueira (2018, p.7) explicita que “este sensível não é um dado imutável, mas fruto de uma partilha em disputa, atravessada por uma série de vetores eminentemente históricos e sociais que definem os regimes daquilo que é visível e não visível”. E é a partir da imersão nessas experiências que pode-se consolidar o entendimento de estética. Apresentada por Nogueira (2018, p.7) como “a matéria constitutiva daquilo que se nos apresenta como experiência sensível”. Vislumbram-se, portanto, algumas imbricações entre design, as materialidades oriundas da prática da estética e a produção de subjetividades. Apesar do sensível ser o fruto de uma partilha em disputa (RANCIÈRE, 2009) ele se dá como o motor, parte do processo e produto das ações de design mediadas pela estética, que também pode ser entendida como:

O sistema de formas ‘a priori’ determinando o que se dá a sentir. É um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência (RANCIÈRE, 2009, p.16).

Dessa forma, a partir de Nogueira (2018) entende-se que esse design para as subjetividades pode firmar-se como uma polícia ou uma política, sendo a última um meio coerente de se produzir rupturas na ordem sensível e por isto, inovação e impacto social. O autor postula que o design enquanto articulador das subjetividades como política orienta “a produção de pequenas fissuras na ordem do sensível, que desloquem os sujeitos de sua identidade e daquilo que os fixa a si próprios, abrindo potência para a emergência contingencial de singularidades” (NOGUEIRA, 2018, p.8). Enquanto polícia,

o design se apresenta como um consenso, uma prática de repetição que pretende ser lida como um dispositivo cultural. Há, portanto, um entendimento que pauta-se pela sensibilidade, entretanto, objetiva apresentar uma resposta única para questões diversas, não respeitando as particularidades das pessoas. Pode-se entender, inclusive, que essa polícia do design pode ser lida como uma imposição; uma estética única para as mais diversas situações.

Por outro lado, o design como política tem como objetivo perturbar a suposta ordem imposta pela polícia e, portanto, caracteriza-se pelo dissenso. O emprego da partilha do sensível como política diz da diversificação de pontos de vista, nos quais o que prevalece é a sensibilidade do indivíduo obstante a uma ideia de uniformidade. O design como política proporciona espaço estético para a diversidade e inclusão (NAJAR, 2019; NOGUEIRA, 2018).

Seria, portanto, o trabalho com a estética uma das bases sensíveis do design para a proposição de experiências urbanas complexas e completas. Ao imergir em uma realidade a partir da diversidade, o design transita entre os signos com fluidez e, apresenta um olhar holístico para a identificação de um problema e, conseqüentemente de uma solução. Questão que dialoga com o entendimento de Thibaud (2010, p. 6) de que os “métodos de exposição com maior sintonia com a própria estrutura da experiência urbana tomam o lugar do discurso linear e monológico”. Se a crise de um projeto de cidade perpassa por incontáveis variáveis, sua resposta deve considerar as subjetividades dos vários sujeitos. Nesse sentido, uma abordagem a partir do design performa suas articulações simbólicas e materiais e, portanto, perpassa por uma política estética (NOGUEIRA, 2018). Assim, tem-se que:

a abordagem das ambiências busca se livrar das perspectivas normativas; distingue-se das abordagens excessivamente positivistas e de uma orientação estritamente psicofísica; ela enfatiza a atividade de percepção dos sujeitos e o papel das práticas sociais na concepção sensível do ambiente construído permitindo, dessa forma, que se preste maior atenção às tonalidades afetivas da vida urbana (THIBAUD, 2010, p.9).

Para Nogueira (2018, p.12) “o problema da política tem que passar pela estética, e é através dela que o design performa suas articulações simbólicas e materiais”. Impasse que orienta uma resposta efetiva para a leitura das ambiências, que para Thibaud (2010, p. 10) “restitui o lugar dos sentidos na experiência dos espaços vividos; permite caracterizar nossas formas de experienciar a vida urbana; ela auxilia também a imaginar e criar espaços urbanos e arquitetônicos”.

À vista disso é relevante a consolidação de um delineamento ontológico desse design para ambiências urbanas, de modo a orientar uma atividade

projetiva embasada na partilha do sensível e que, de fato, responda ao que se propõe e às mudanças observadas na atualidade. Questão também defendida por Moraes (2020), ao alegar que o design dos dias de hoje precisa ser compreendido não somente como o processo de desenvolvimento de produtos e ambientes, mas também, como um fenômeno cultural que é agente, ator e ativo de uma sociedade complexa. Nesse sentido, vislumbra-se a aproximação do conceito de ambiências como uma leitura ampla e sensível do objeto de projeto do designer orientado por e para a estética. É necessário, portanto, evidenciar suas convergências e listar novos caminhos teóricos a serem trilhados, visto que “ainda que a intimidade das relações entre design e estética constitua um consenso, poucas vezes é clara a compreensão que de nela pode residir uma potência política” (NOGUEIRA, 2018, p.7).

Considerações Finais

Considerando a abrangência dos conceitos empreendidos e os visíveis ganhos para a realidade da prática e da pesquisa em design espera-se aprimorar as aproximações já realizadas de modo a estreitar e consolidar o diálogo acadêmico de um design sensível para ambiências urbanas. Vislumbra-se, portanto, um amplo espaço para o designer ao se pensar e repensar as cidades no que tange as leituras estético-simbólicas inerentes à *práxis* do designer. Crê-se que a orientação ao ser humano empreende ao design uma série de responsabilidades que, se bem aplicadas, são capazes de promover leituras sensíveis e respostas eficientes ao espaço urbano, o que ocasionará ambiências adequadas, pertencimento e uma série de ganhos para a vida nas cidades.

É necessário, portanto, debruçar sobre os pontos de contato da pesquisa e do projeto em design de ambientes a partir do entendimento de ambiências e dos impactos dos ambientes nas pessoas, assim como são estudados os impactos das pessoas nos ambientes. Há, pois, a necessidade de se pensar em políticas de design a partir das ambiências e o primeiro ponto para tal, empreende a sistematização e o desenho de ferramentas e orientações para as investigações que têm como finalidade as bases sensíveis para este design.

Referências

ANDRÉS, Roberto. A dupla exclusão: como a quarentena joga luz sobre as crises do clima e das cidades. *In: Revista Piauí*. Edição 165, online. Junho, 2020.

BARBOSA, Paula Glória. **Crítica ao ensino da prática projetual em Design de Interiores**. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado

de Minas Gerais, Escola de Design, Programa de Pós-Graduação em Design, 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

BECCARI, Marcos. O imaginário do design: ensaio filosófico sobre os discursos do design. **Revista Poliedro**. Pelotas, v. 1, n. 1, p. 65-83, 2017.

BEZERRA, Charles. **O designer humilde: lógica e ética para inovação**. São Paulo: Edições Rosari, 2011.

BOMFIM, Gustavo Amarante. Algumas considerações sobre a Teoria e Pedagogia em Design. **Estudos em Design**, v. 7, Rio de Janeiro: AENDBr, 1999.

BOMFIM, Gustavo Amarante. **Gustavo Amarante Bomfim: uma coletânea**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2014.

CARDOSO, Rafael. **Design para um mundo complexo**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008.

DUARTE, Cristiane Rose. Ambiência: por uma ciência do olhar sensível no espaço. In: THIBAUD, Jean-Paul. **Ambiances urbaines en partage: pour une écologie sociale de la ville sensible**. MétisPresses, 2013.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GEHL, Jan; SVARRE, Birgitte. **A vida na cidade: como estudar**. São Paulo: Perspectiva, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M.D.A. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado**: por uma filosofia do design e da comunicação. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

MANZINI, Ezio. **Design - quando todos fazem design**: uma introdução ao design para a inovação social. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2017.

MARGOLIN, Victor. **A política do artificial**: ensaios e estudos sobre design. Rio de Janeiro: Record, 2014.

MONTANER, Josep Maria; MUXI, Zaida. **Arquitetura e política**: ensaios para mundos alternativos. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MORAES, Dijon De. Fenomenologia do design contemporâneo. **DATJournal**, São Paulo, v.5 n.2, 2020, pp. 7-24.

NAJAR, Rodrigo. Perspectivas epistemológicas e design: uma abordagem pós - estruturalista. **Estudos em Design - Revista** (online). Rio de Janeiro: v. 27, n. 1 2019.

NOGUEIRA, Pedro Caetano. Notas sobre uma política da estética voltada para o design. **Educação Gráfica - Revista** (online). v.22, n. 1, 2018.

NOGUEIRA, Pedro Caetano; PORTINARI, Denise Berruezo. Design e produção de subjetividades: dos tipos sociais aos tipos gráficos. **Educação Gráfica - Revista** (online). v.23, n. 3, 2019.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **O destino das imagens**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RODRIGUEZ-ALCALÁ, Carolina. O corte urbano, as ambiências situadas e o “paradigma indiciário”: ferramentas para a fabricação de um olhar compartilhado sobre a cidade. *In*: RUA. **Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade**. v. 26, n. 2. Campinas, 2020.

ROSSI, Dorival Campos; MOON, Rodrigo Malcon de Barros. O design contemporâneo: as premissas epistemológicas acerca do agora. Um estudo do design que se faz em tempo real. **La Trama de la Comunicación**, v. 25, n. 1, p. 49-71, 2021.

- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- SILVA, Jéssica Dalcin; STREHL, Jerônimo. Design(er) não soluciona problemas: uma crítica epistemológica contra-hegemônica. **Revista Poliedro**. Pelotas, v. 03, n. 03, 2019.
- SILVA, Leonardo Oliveira Muniz; DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira. Ambiências urbanas no behaviorismo espacial e na fenomenologia da percepção. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. v.18. IAU-USP, 2020.
- SIMON, H. A. **As ciências do artificial**. Coimbra: Press Paperback Editions, 1970.
- STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.
- SUDJIC, Deyan. **A linguagem das cidades**. Osasco, São Paulo: Gustavo Gili, 2019.
- SZANIECKI, Barbara; COSTARD, Mariana. Da crise do projeto ao co-design na cidade: a pluriversidade como sustentabilidade? **SDS Simpósio de Design Sustentável**. Recife, p.1-15, nov. 2019. Trabalho apresentado no 7º Simpósio de Design Sustentável, 2019 [Recife, PE].
- THIBAUD, Jean-Paul. A cidade através dos sentidos. *In*: COUTARD, Olivier; LÉVY, Jean-Pierre. **Ecologies Urbaines**. Editions Economica: Paris, 2010.
- THIBAUD, Jean-Paul. **Ambiances urbaines en partage: pour une écologie sociale de la ville sensible**. MétisPresses, 2013.
- THIBAUD, Jean-Paul. *Contextualisations sensibles de la ville*. *In*: LEROUX, Martine *et al.* (org.) **Compositions sensibles de la ville: Ville émergente et sensorialité**. Grenoble: CRESSON, 2000.
- THIBAUD, Jean-Paul. Jean-François Augoyard, an explorer of the sensory world. **Ambiances** (online), 2020.

THIBAUD, Jean-Paul. Psicologia ambiental e política ambiental: estratégias de construção do futuro. **Psicologia USP**, v.16, 2005.

VAN DER LINDEN, Júlio Carlos de Souza. Uma taxonomia para a pesquisa em Design. **P&D Design**. São Paulo, p. 1-11, out. 2010. Trabalho apresentado no 9º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design, 2010 [São Paulo, SP]

VASSÃO, C. A. Design e inovação para cidades. *In: A revolução do design: conexões para o século XXI*. São Paulo:

Como referenciar

BAHIA, Isabella; CARPINTEIRO, Edson; Design, cidade e a leitura do sensível: premissas epistemológicas para práticas do design em ambiências urbanas. **Arcos Design**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, pp. 8-26, jan./2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/arcosdesign>.

DOI: <https://www.doi.org/10.12957/arcosdesign.2024.78892>



A revista **Arcos Design** está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não Comercial – Compartilha Igual 3.0 Não Adaptada.

Recebido em 31/08/2023 | Aceito em 09/11/2023